



FORMAS DA ESCRITA HISTÓRICA EM VARNHAGEN E JOÃO LISBOA

Ana Priscila de Sousa Sá
Doutoranda em História
Universidade Federal do Maranhão - Bolsista FAPEMA
priscilareds@hotmail.com

As primeiras décadas do século XIX no Brasil conviveram com a ausência de modelos institucionais que disciplinassem a escrita histórica, resultando numa variedade de gêneros, projetos e protocolos de pesquisa e exposição, de modo a formas antigas e novas estarem presentes no interior de uma mesma obra, dependendo das possibilidades de pesquisa, funções do relato e talento do autor (ARAUJO, 2009, p. 86-87). Neste contexto, uma história nacional foi sendo urdida entre as rupturas e continuidades que levaram do Império luso-brasílico ao Império do Brasil, incorporando características do moderno conceito de história. A urgência se apresentou no bojo da emancipação política, deixando patente a Independência declarada em 1822 como evento motriz que desencadearia a interpretação dos tempos pretéritos da jovem nação.

A experiência do tempo estava diretamente ligada aos modelos de escrita histórica. A mescla entre concepções antigas e novas no Brasil das décadas de 1810 e 1820 promoviam continuidades e rupturas conforme as singularidades daquele contexto marcado pela declaração da Independência, constituída como uma revolução do tempo dada a ver nos almanaques, na circulação de ideias, na velocidade dos impressos (PIMENTA, COSTA, 2021, p. 66). Até os anos 1840 as duas grandes matrizes na produção do conhecimento histórico eram a história geral (foco no tempo, narrativa, história política e civil) e a história natural (corografia, descrição espacial, enciclopédias), sendo substituídas por novos programas disciplinares ao longo do século XIX. A figura do historiador deixava o papel de simples cronista ou moralista buscando edificar os exemplos, para encarnar um tipo moderno que combinava elementos clássicos e modernos ainda que sem um modelo institucional definido.



O projeto da história geral comportava fazer a integração das províncias a uma ideia de território comum, unido e bem delimitado, numa operação do centro em direção às partes, o que não significava excluir os interesses das elites provinciais, por exemplo. Governos de províncias também organizaram expedições para o conhecimento da geografia local, até pelas possibilidades de exploração dos recursos, o que convinha igualmente aos objetivos do IHGB e do Estado imperial. A feitura da história geral – uma obra de conjunto, síntese a ser escrita em um ou muitos volumes sustentada por fontes fidedignas e cuidadosamente reunidas, de modo a possibilitar o acesso à verdade (GONTIJO, 2005, p. 178) – atuaria no duplo efeito de organizar a narrativa da nação e funcionar como dispositivo discursivo para resolver a emergência das narrativas particulares que assinalavam as identidades regionais, principalmente se apresentasse cunho separatista. Por seu turno, as obras de cariz histórico publicadas nas províncias atendiam a demandas por saber sobre o passado que àquela altura experimentava uma necessidade de ser narrado, e podiam ser encaradas como inconvenientes ao projeto historiográfico centrado no IHGB, mesmo como meio de exposição das fragilidades da monarquia centralizada, defendida naquele plano. Segundo Manoel Guimarães (2011, p. 163-164), o trabalho de narrar sobre os acontecimentos históricos não tratava de salientar as peculiaridades das diversas regiões, antes cabia acentuar o que tinham em comum, corroborando a centralidade do Instituto no conhecimento sobre as províncias.

A questão era como agregar a história da nação às províncias, fossem elas mais próximas ou mais distantes da Corte, a falta das histórias particulares dificultava a costura das partes, que preexistiam ao país independente. Para tanto, discursos como o de Januário da Cunha Barbosa na inauguração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) lançavam balizas para a confecção de uma historicidade para o Brasil e iam consolidando-o como o lugar de produção oficial de uma história do Brasil unificada, ao tempo em que ele mesmo definia os próprios contornos, ancorando-se em práticas e desafios políticos que transpareciam nas escolhas dos trabalhos aprovados ou não para publicação na Revista. Fundava-se uma disputa pelo passado, ainda que seguir as diretrizes contidas em programas apresentados no Instituto como Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico Brasileiro, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro (1839) de Cunha Barbosa e Como se



deve escrever a história do Brasil (1843) de Karl von Martius esbarrassem nas longas distâncias entre as províncias do Império, na precária conservação dos arquivos públicos e particulares, e mesmo nas revoltas que ocorreram em várias regiões ao longo das Regências, atrasando o envio dos documentos. O plano de organização observava a ordem cronológica e a impressão na Revista, tornando-se ao final propriedade do Instituto criado em 1838 com o intuito de escrever a história nacional.

A escrita da história do Brasil incluía, portanto, esforços parciais e por vezes conflitantes dos letrados em diferentes partes do país, transparecendo a tensão entre o provincial e o nacional na grande obra de escrever a história da nação. O próprio esvaziamento dos repositórios regionais em prol do enriquecimento do arquivo central do IHGB prejudicava o andamento das narrativas particulares. A proposta do presente trabalho foi apresentar as obras historiográficas de Varnhagen e João Lisboa como representantes de dois regimes de autonomia intelectual relacionados a modos diferentes de produção do discurso histórico. Um buscou escrever uma história geral da nação, o outro, desde sua província.

Varnhagen e uma história geral para a nação

A história geral que teve lugar no IHGB e na *História geral do Brasil* (1854-1857) de Varnhagen a maior realização, conseguiu equilibrar a demanda erudita de crítica documental, “a forma narrativa e a exibição de uma interpretação geral da formação histórica da nacionalidade que preservava e projetava o Estado Imperial centralizado como grande personagem do relato” (MEDEIROS, ARAUJO, 2007, p. 24-28)¹. Acerca do seu plano pessoal, Varnhagen dissertou:

desde que nos propusemos a consagrar ao Brasil as nossas vigílias, para, no esclarecido reinado de Pedro II, e mediante o seu alto e valioso apoio, escrever, com certa unidade de forma e com a dos princípios que professamos, uma conscienciosa história geral da civilização do nosso país, padrão de cultura nacional, que outras nações civilizadas só ao cabo de séculos de independência chegaram a possuir, ou não possuem ainda, fizemos abnegação de tudo: e por tanto arrostamos com os prováveis desassossegos e injustiças futuras, – se é que não já presentes. Embora! Deu-se em todo caso o primeiro passo. Fez-se, por assim dizer, a primeira resenha geral ou antes o primeiro enfeixe proporcionado dos fatos que, mais ou menos desenvolvidos, devem caber na História Geral, em lugares

¹ Os fundadores do IHGB falavam numa história que fosse filosófica, pragmática e crítica.



convenientes; indicaram-se as fontes mais puras e genuínas; e estes dois serviços (independentes do estilo e da maneira de pensar, que são especiais a cada historiador) ficam feitos. [...] Não era justo que enquanto não podíamos alcançar o ótimo, nos contentássemos com o péssimo, que péssimo era não possuir a nação uma história geral [...]. (VARNHAGEN, 1857, p. VI)

Mostrando-se consciente de que o *pensamento atrevido* que tivera ainda frequentando as aulas na Europa e transformado em narração histórica seria escrutinado pelos novos historiadores parciais que não tardariam a aparecer, apontava que a história geral não era um gênero absoluto ou uma “história total”, imaginando que o trabalho de outros historiadores deveria ser integrado à sua história, um tipo específico de história, uma grande obra que somente o tempo, o processo histórico poderia concluir (ARAÚJO, CEZAR, 2018, p. 13).

Se escrever a história da nação passava pelo estabelecimento prévio de uma relação entre a pessoa que escreve, o lugar que lhe é próprio e o projeto que defende (TURIN, 2009, 14), o modelo de Varnhagen foi o principal expoente do ordenamento temporal que preconizava a formação de um Estado nacional centralizado e territorialmente unificado como coroação de um processo civilizador iniciado com a colonização (OLIVEIRA, GONTIJO, FRANZINI, 2018, p. 2-3). A nação despontou como categoria de reflexão privilegiada para a apreensão dessa historicidade nas primeiras décadas do século, no entanto, as relações entre história e nação não foram homogêneas. O movimento em direção a padrões modernos de autonomia não esgota a diversidade da vida intelectual oitocentista, mas foi um traço estruturante de grande relevância, muitos projetos, ideias e ações foram obscurecidos pela grandiosidade e sombra da nação (CEZAR, 2018, p. 81-82).

Dedicada ao Imperador e assinada apenas por um *sócio do Instituto Histórico do Brasil*, a *História geral* fora traçada, segundo Varnhagen, mais em *serviço do país* que das letras. Sua concepção era a de um conhecimento histórico aplicado ao aperfeiçoamento da realidade social, e os instrumentos para isso eram os estudos monográficos e as biografias de cunho pedagógico, especialmente para o exercício de funções públicas. A história também serviria ao melhoramento da administração pública, por isso estava convencido de que a elevação de uma narrativa sobre a nação era, simultaneamente, uma elevação dessa nação e do regime que a governava, e sua



obra poderia prestar conselhos aos futuros governantes, colocando a história como sólida base para as instituições daquela sociedade organizada pela Monarquia. O fomento ao estudo da história pátria propiciava o *esplendor* da nação, a instrução comum e o bom governo.

Se a história nacional deveria ser “a imagem da verdade histórica apresentada da forma que, segundo a consciência do historiador, interessa e convém à nação” (VARNHAGEN, 2011, p. 193-194), o que convinha em sua ótica era a história da colonização, civilização, organização e desenvolvimento do Estado brasileiro. Ao longo das 54 seções e mais de mil páginas da *História geral do Brasil*, a ordem cronológica dos fatos delineava o passado colonial que, de certa forma, iluminaria as ações do presente. A disposição temática das seções fazia a ligação da história do país à história europeia das navegações. O futuro da nação estava definido pelo seu passado/presente (RIBEIRO, 2011, p. 95-96). A colônia despontava, ao mesmo tempo, como base da construção da identidade nacional e seu fim – representado na emancipação – o amadurecimento da sociedade brasileira. Ao dedicar o livro ao monarca que o patrocinava, Varnhagen entrelaçava sua escrita ao maior desafio político de seu tempo, e reordenava seus enredos temáticos e cronológicos.

O nascimento da nação relatado na *História geral* tinha um ponto de partida bem estabelecido, a própria Independência foi encarada como a etapa final de um processo já em andamento desde a chegada da Família Real. Para o autor, D. João VI foi o primeiro soberano do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, e D. Pedro I o príncipe fundador do Império com o ato da Independência oficial, a ratificação do gesto anterior de transferência da Corte. A *verdadeira* nacionalidade brasileira teria nascido antes da emancipação, “já existia no Arraial de Bom Jesus em Pernambuco, em frente do poder dos Holandeses, e não era índia; era crioula e cristã, era portanto, já há mais de dois séculos, brasileira” (VARNHAGEN, 2011, p. 194-195). A nova era aberta em 1808, que tornou a colônia o centro da Monarquia bragantina, caracterizaria o rompimento dos *grilhões coloniais*. Com mais essa leitura, demarcava o elemento europeu como civilizador por definição, constituindo a nacionalidade atual e a futura.



Em *Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil* (1852), Varnhagen esboçou os traços da história do Brasil como um ramo dos portugueses, que o conquistou e deu as garantias morais e físicas:

A história da civilização do atual Império; o termos código, o termos cidades, o termos governo, o termos sociedade, o vivermos juntos, sem estarmos às frechadas uns aos outros, o sermos cidadãos, o vermo-nos considerados na comunhão das nações mais civilizadas do globo, e finalmente o termos a dita de possuir um Trono ocupado por uma das mais ilustres dinastias do século, o Trono, digamo-lo de passagem que na América do Sul, perseguida quase sempre de ditaduras, mostra a experiência ser a melhor garantia de liberdade. [...] Portanto somos na essência nação, como o prova a língua, de raça latina. [...] Devemos fazer proceder a nacionalidade nossa da civilização e do cristianismo. (VARNHAGEN, 2011, p. 194-195)

A defesa da matriz portuguesa era importante também no plano político-ideológico para delinear o trajeto que ia da colônia à nação, e da massa heterogênea herdada da colônia que formava o povo. Estruturar e tornar efetivo um projeto de nação era a tarefa primordial do século XIX, à história cabia esquadrihar o passado, ao historiador, homogeneizar o passado, colaborar na administração do Estado levantando dados úteis, favorecer a unidade nacional e fomentar o patriotismo e o espírito público (ODÁLIA, 1997, p. 30-38). Os estudos históricos tornavam-se neste momento uma espécie de acelerador da construção de uma consciência nacional onde havia mais afastamento geográfico entre as províncias e diversidade da população. No caso de Varnhagen, sua concepção de “Brasil” remetia a capacidade do Estado brasileiro de exercer o poder em um território e, diferente da experiência das Repúblicas vizinhas, o processo revolucionário constituía um antimodelo para o Império. O traço antiprovincialista de sua obra decorria da interpretação segundo a qual o fortalecimento das partes do Império podia se revelar perigoso para a conservação da unidade, daí considerar movimentos contestatórios como a Revolução Pernambucana de 1817 como um atentado contra a nação.

Pode-se dizer que a *História geral* de Varnhagen tinha em vista ser a história nacional objetivada desde a criação do Instituto, embora ele não fosse unanimidade dentro da agremiação. Ela não dedicou capítulos específicos para cada província, e sim buscou acomodá-las ao todo unido sob a alcunha de “nacional”, atravessando-a uma “retórica da nacionalidade”, isto é, um conjunto de estratégias discursivas que procurou



persuadir os brasileiros de que compartilhavam um passado comum e, consequentemente, uma mesma origem e identidade, a despeito da natureza heterogênea de sua formação social (CEZAR, 2006, p. 29). Logo, compreender o tempo da nação era uma das tarefas principais que o historiador brasileiro deveria realizar, não um tempo todo homogêneo ou em sentido único, a articulação de diferentes dimensões temporais construía esse tempo da nação que, “como entidade política, estava em permanente mutação”, um tempo irrequieto que foi domesticado pelos inventores da estabilidade monárquica (CEZAR, 2018, p. 188). Para Varnhagen, cabia ao historiador *conscioso* escrever uma história do desenvolvimento da *civilização* do Brasil.

O juízo contemporâneo de um grande leitor seu declarou que ele muitas vezes conseguiu se colocar sob o verdadeiro “ponto de vista nacional”, e foi esse mérito que o permitiu construir uma matriz historiográfica de vida longa. Os “quadros de ferro” de que falou Capistrano de Abreu (1931, p. 135) teriam sobrevivido a despeito das fragilidades do texto do *Visconde de Porto Seguro*: escavava documentos, determinava a autenticidade, mas pecava na compreensão dos fatos. Como um “sujeito à procura da própria definição” (CEZAR, 2018, p. 20), ao historiador oitocentista cabia ir disciplinando seu ofício, definindo os limites de atuação, procedimentos e instrumentos de trabalho. Nesta tarefa, a feitura da *História geral* exibia a construção simultânea do historiador Varnhagen e sua obra dedicada à nação, uma forma de olhar para o passado brasileiro em que julgou representar a integridade do Brasil entre as histórias das nações, uma integridade já representada pela monarquia.

João Lisboa e uma história desde a província

A despeito da centralidade da Corte na produção histórica do Império, o trabalho de Lisboa permite constatar a presença de tendências e ritmos diferentes de produção historiográfica no país e em sua província. A adoção do ponto de vista da província aparecia nas obras que se propunham a tratar desde cada parte do Império, possibilitando uma pluralidade de pontos de vista. O caso da história escrita por Lisboa demonstra como os historiadores responderam às demandas locais e como isso possibilitou uma produção histórica mais próxima de um público interessado sobre a história da província. Sua principal obra historiográfica foi o *Jornal de Tímon* (1852-1858), dentro do qual publicou os *Apontamentos, notícias e observações para servirem*



à *História do Maranhão*. Editada ainda no Maranhão, a primeira fase da obra (1853-1854) contemplou os números 5º, 6º, 7º, 8º, 9º e início do 10º do *Jornal...*, dedicados à história do Maranhão colonial, abordando as invasões pelos franceses e holandeses, a relação entre índios e jesuítas, as missões religiosas. Os números 11 e 12 só saíram em 1858 direto de Portugal, onde assumiu um posto de pesquisador do IHGB².

Lisboa disse não ser seu intento suprir as lacunas de autores anteriores que escreveram sobre o Maranhão, sua proposta obedecia ao seguinte traçado metodológico, apontando para a atualização do trabalho com elementos que estavam na ordem do dia na pesquisa histórica em meados do século XIX:

a nossa tarefa consistirá em coligir, refundir, reduzir e comparar o que anda disperso ou disparatado nos autores que acabamos de indicar, e em outros livros e documentos que temos podido haver à mão, e citaremos no lugar próprio. Talvez a nossa apreciação, feita do ponto de vista atual, e segundo as ideias que hoje vogam, iluminando as profundezas e obscuridades do passado, dê aos mesmos fatos já referidos, uma cor e aparência diversa, e por isso mesmo nova. (LISBOA, 1865, p. 24-25)

A descrição das etapas cumpria o propósito de mostrar ao público assinante o processo que percorrera desde o cotejo da documentação disponível nos arquivos maranhenses àquela altura, a bibliografia já existente sobre o tema, até o impresso que chegava às suas mãos, com isso firmava um pacto de confiança com ele. Ao comunicar que sua *apreciação* era feita *do ponto de vista atual* e segundo as ideias que *hoje vogam*, Lisboa dava conta de aspectos de sua operação historiográfica preocupada em revisitar obras sobre o Maranhão colonial, lendo-as a partir de pressupostos modernos da escrita histórica de sua época, a *cor nova* que refere nessa passagem. Para iluminar as *obscuridades* do passado era fundamental lançar mão de uma séria crítica documental, checagem de informações contidas nos volumes de cronistas coloniais citados. Se não partia de um conjunto documental majoritariamente original, a análise dos dados acessados de segunda mão exigia uma precisão e um cuidado adicionais para não incorrer na aceitação acrítica daquilo que seus antecessores escreveram.

A preocupação de Lisboa era a utilidade de seu trabalho, ao ponto de argumentar sobre o valor do impresso: “o nosso fim principal, senão único, é entreter a curiosidade

² Cabe sublinhar que a narrativa dos *Apontamentos...* sofreu certa reorientação entre os primeiros números editados ainda no Maranhão e os últimos já publicados em Portugal. Ver: JANOTTI, 1977.



atual dos nossos benignos leitores, e nada mais” (LISBOA, 1864, p. 26. Grifo do autor). Para ele, a descrição detalhada dos hábitos eleitorais e costumes de uma província que fez no folheto *Partidos e eleições no Maranhão* (1853), por exemplo, era importante à história pátria, considerando acertado tratar de assuntos mais restritos. A esse respeito, até pelo prestígio das histórias gerais, avaliações posteriores classificaram seu trabalho como uma história provincial, ou das “municípios” (ABREU, 1931, p. 205).

Ainda que sócio desde 1855, quando se mudou para o Rio de Janeiro, teve presença pouco ativa no IHGB, grande parcela de sua produção ocorreu fora desse espaço privilegiado. Não é simples precisar a influência da produção do IHGB nos estudos de Lisboa, mas a dissertação de Karl von Martius premiada pelo Instituto parece ter sido influente na escolha dos temas que trabalhou, indicações mais presentes nos números finais do *Jornal*.

O campo de experiências aberto em 1822 tornou imperiosa a produção de narrativas de afirmação nacional, dificultando separar os projetos promovidos e financiados pelo Estado de outros que surgiram de interesses autorais ou do mercado do livro e de seus novos leitores (ARAUJO, CEZAR, p. 4-5). O crescente interesse pela história dessa sociedade complexificou e colocou exigências novas ao historiador e sua escrita, a própria criação do IHGB foi fundamental para produzir um espaço disciplinar e o *ethos* do historiador. Nesse espaço, a historiografia de Lisboa se ocupava mais em atender aos interesses sociais pela história da província, tendo um caráter mais comercial e atendendo um público maior de leitores. Mesmo integrando os quadros da Academia de Ciências de Lisboa e tendo o apoio financeiro da missão oficial do IHGB em Portugal, permaneceu fiel à linha editorial de seu *Jornal*, afirmando ser sua intenção escrever uma história que fosse instrumento de reorientação ética dos grupos políticos e da sociedade maranhense.

Em sua operação historiográfica, o historiador “deve se empenhar em perceber as territorialidades que as relações sociais por ele estudadas produziam à sua época” e, para além das territorialidades históricas, “deverá superpor a sua própria territorialidade historiográfica” (BARROS, 2005, p. 115), de modo que ao recortar como objeto de conhecimento o Maranhão colonial, Lisboa criava um território estabelecendo um espaço de poder e controle por meio do seu discurso historiográfico. Sendo um



historiador para a província, por muito contrapôs a pompa do epíteto de capital cultural à mesquinha e baixeza dos costumes e práticas dessa mesma sociedade que se imaginava civilizada, o que vai ao encontro da ideia defendida por Flávio Soares (2002, p. 89) de que o ponto de partida dos *Apontamentos...* se localizava num “diagnóstico dos impasses civilizatórios, políticos e morais, da Província e, em certa medida do país”. Na investigação de Lisboa, a província maranhense se comportava como um microcosmo do Império, mostrando que, a despeito da retórica da civilização, o que dominava era a natureza bárbara do civilizado, que imperava nas escalas micro e macro.

O Maranhão da época que Lisboa escreveu os *Apontamentos...* era o que lhe inspirava a desejar *emendar*, e a história cumpria aí um papel de moralização, o efeito pedagógico inerente àquele traço da ideia antiga da história mestra da vida. Os *frutos* que imaginava colher eram a *emenda* de alguns abusos e a *correção do mal*, denotando seu uso da escrita histórica como instrumento de ação na realidade social. Numa orientação pragmática, a preocupação com a documentação apontava para essa visão pragmático-política da história, pondo-a como laboratório da política de seu tempo. Lisboa tratou o passado de sua província do modo como ele, enquanto historiador, entendia como um passado válido no meio civilizatório em que estava imerso, assim, os problemas da província daquele presente no qual ele escreveu se conectavam com outros do passado que julgou válido, menos como um processo linear do que como uma questão política, e um espectro de futuro já remediado.

O plano de escrita dos *Apontamentos...* optou pela periodização temática. Partes do trabalho seguiram a cronologia, outras abordaram episódios específicos como os capítulos sobre os jesuítas e as invasões francesa e holandesa, com isso utilizou diferentes procedimentos de análise, denotando um caráter fragmentário tanto no aspecto formal, quanto na relação entre os conteúdos (JANOTTI, 1977, p. 131). É provável que a escolha tenha sido animada pelo seu intento de instruir e entreter o público assinante, bem como o próprio formato do trabalho sugeria, um periódico publicado mensalmente. Não que faltasse articulação entre os assuntos, mas a impressão é que cada *Livro* poderia ser lido sem maiores prejuízos na falta do anterior, o enredo cronológico se quebrava para dar espaço a uma monografia, por exemplo. Talvez lhe faltasse base teórica para agrupá-los, comum nos historiadores seus contemporâneos.



A queixa de Lisboa com relação aos seus antecessores encontrava eco na fala de von Martius acerca das obras que abundavam em fatos e minúcias, mas não superavam a crônica. Na prática, isso se verificava não só pela abundância de fatos conexos ou não nesses trabalhos, mas também atendendo ao imperativo do tempo que Lisboa escrevia, que já não era o mesmo dos autores que ele lia e criticava, dadas as mudanças da prática historiográfica processadas ao longo do século XIX. Um princípio importante que atravessou a redação dos *Apontamentos...* foi o da valorização da testemunha ocular. A busca de testemunhas visuais era um dos procedimentos básicos da crítica histórica e de modo recorrente Lisboa se reportou a quem “viu” os eventos como mais confiável.

O acesso aos documentos disponíveis na província se traduzia também na avaliação e hierarquização das evidências históricas com as quais podia trabalhar. A relação de Lisboa com as crônicas do período colonial se mostrava ambígua, pois criticava as escolhas metodológicas e o estilo, mas o fato de serem contemporâneas se lhe apresentava mais provável de estarem corretas em suas informações. Contudo, nem sempre garantia a autenticidade do noticiado pelos cronistas, ainda que admitisse a probabilidade. Relatos escritos 50 ou 100 anos depois, por exemplo, fragilizavam o critério de verdade, ou poderia torná-lo tão elástico quanto fantasioso. O relato de segundo ou terceiro grau correria o risco de adotar acriticamente contos e lendas, pondo em xeque se realmente aqueles eventos ocorreram, ou se deram da forma como foi reproduzida, lida, recontada por autores ainda mais distantes temporalmente. A autópsia carecia de uma documentação oficial para se provar autêntica, demandando um juízo crítico para sua utilização.

Na ausência da fonte primária ou testemunho irrefutável, restava ao menos a narração mais verossímil, condizente com o tempo e as condições disponíveis, algo que a comparação ajudava a demarcar nos moldes daquilo que ele entendia como o trabalho do historiador, como uma espécie de juiz, ele mesmo frequentemente era fiduciário de suas próprias afirmações. O historiador e a testemunha deviam ser objetivas, coerentes e imparciais para registrar apenas o que aconteceu de fato, só assim o historiador poderia mais tarde “ler a inscrição do seu relato em um documento e transferir este conhecimento para outra época e lugar” (ARAÚJO, 1988, p. 39). Fazendo a apreciação crítica do material coligido, Lisboa se instituíu como autoridade no assunto pelas fontes



e pela imparcialidade que acreditava imprimir naquela narração desejosa de ser um relato verdadeiro, com isso firmava uma característica permanente do moderno discurso histórico, a defesa da objetividade. Para tanto, um expediente difundido nos *Apontamentos...* foi a extração de trechos longos de outros autores no corpo do texto e a utilização de notas, menos no texto principal do que ao final do volume, o que distinguia sua escrita como já atinente a práticas da historiografia moderna.

Uma narração verídica tinha a ver também com a utilidade da história, ao lado desse atributo de uma história mestra da vida pontuada algumas vezes, o texto de Lisboa comportava uma função judicativa, marcando a noção da história como investigação também no sentido judicial da palavra (HARTOG, 2013, p. 81), o que refletia uma tensão entre a permanência de elementos clássicos e a configuração do moderno conceito de história, evidenciando a ligação entre regimes de historicidade e regimes de historiografia. Em outras palavras, certa forma de fazer história e certa forma de tematizar o tempo, compatíveis ou não, indicando as diferentes ordenações temporais onde passado, presente e futuro se relacionam e conferem uma unidade de fundo aos discursos históricos (LENCLUD, 2006, p. 1075-1077).

O que Lisboa nem sempre conseguiu foi justamente o trato imparcial que sua retórica pregava, como observado no julgamento acerca das invasões/expulsões francesa e holandesa, objetos dos *Livros II, III e IV* da primeira fase do trabalho. O *Livro IV* é especialmente fecundo para explorar os limites da imparcialidade em Lisboa, trazendo um paralelo entre as duas invasões, concluído por uma indisfarçada simpatia pelos primeiros. Numa compreensão de que o historiador é atravessado por subjetividades, mesmo que essa consideração não apareça de modo explícito, aproxima-se da discussão já presente na reflexão histórica na passagem para o século XIX da adoção de um ponto de vista como pressuposto do conhecimento histórico (KOSELLECK, 2006, p. 169), reconhecendo as dificuldades de seguir o postulado da neutralidade. O historiador Lisboa afirmava que o julgamento daquelas ações caberia à posteridade pela voz *imparcial e severa* da história.

Colocando-se na disputa pela narração do passado do Maranhão, a obra de Lisboa apontava para a construção de um passado para esta província, fixando uma origem no tempo e articulando esse passado ao tempo da nação, daí ser cabível iniciar a



narração com uma sequência cronológica de datas, acontecimentos e personagens importantes na conquista e colonização do território. Assim procedendo, encaminhava a integração de uma região distante ao eixo de poder do Estado. Se articular a história com um lugar é condição de análise de uma sociedade, Lisboa escolheu falar de sua província de nascimento, denotando aquela particularidade do lugar de onde se parte, do gesto que liga as ideias aos lugares (DE CERTEAU, 2017, p. 64.).

Considerações finais

A escrita da década de 1840 já identificava os impasses, tensões e disputas que marcaram os processos de nacionalização do passado e institucionalização da pesquisa histórica no Brasil, admitindo variados tipos de (re)configurações narrativas e interpretativas sobre o passado colonial (OLIVEIRA, GONTIJO, FRANZINI, 2018, p. 1), incluindo a escrita desde as províncias ou adoção da perspectiva do grande relato nacional. Nesse sentido, o projeto de centralização da prática historiográfica no IHGB – lugar que buscou enformar a nação definindo-a como uma unidade política, equacionando a relação entre o geral e o particular, empregando uma metodologia e seleção das fontes – não impediu exercícios em direção diversa ao capitanear o processo de profissionalização da pesquisa histórica no Brasil.

Para Valdeci Araujo (2015, p. 367-368), pensar em regime de autonomia implica expor as relações de competição e convergências ao longo do século XIX:

devemos compreender que os fenômenos e processos históricos que impulsionavam em direção à disciplinarização eram, ao mesmo tempo, os que possibilitavam e restringiam o novo padrão de autonomia em formação. Insisto na ideia de limite para não produzir a falsa imagem de um “projeto” sistematicamente perseguido, mas um movimento histórico que se configurou entre evento e estrutura.

Não se tratava de um movimento linear e homogêneo, e acompanhar os diferentes arranjos auxiliam a identificar o lugar, as funções e os limites do historiador e da escrita da história, apontando para a diversidade dos modos de produção e da historiografia moderna. Nesse âmbito, Varnhagen e Lisboa fabricaram historiografias e contribuíram para a construção de uma ideia de Brasil no Oitocentos.



Bibliografia

ABREU, Capistrano de. ABREU, João Capistrano de. Necrológio do Visconde de Porto Seguro. In: _____. **Ensaio e Estudos**. 1ª série. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931.

_____. Sobre o Visconde de Porto Seguro. In: _____. **Ensaio e Estudos**. 1ª série. 2. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda Noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 28-54, 1988.

ARAÚJO, Valdeci Lopes de. Formas de ler e aprender com a história no Brasil joanino. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 85-98, jan./jun. 2009.

_____; CEZAR, Temístocles. The forms of history in the nineteenth century: the regimes of autonomy in Brazilian historiography. **Historein**, Athens, v. 17, n. 1, 2018.

BARROS, José D'Assunção. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 95-129, 2005.

CEZAR, Temístocles. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis. In: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado (Org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

_____. **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

_____. O que fabrica o historiador quando faz história, hoje? Ensaio sobre a crença na história (Brasil séculos XIX-XXI). **Rev. antropol.**, São Paulo, v. 61, n. 2, p. 78-95, 2018.

GONTIJO, Rebeca. História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu. **História**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 159-185, 2005.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

HARTOG, François. **Evidência da história: o que os historiadores veem**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **João Francisco Lisboa: jornalista e historiador**. São Paulo: Ática, 1977.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.



LENCLUD, Gérard. Traversées dans le temps. **Annales HSS**, n. 5, p. 1053-1084, sep./oct. 2006. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-Annales-2006-5-page-1053.htm>. Acesso em: 24 mai. 2021. p. 1075-1077

LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. II. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1865.

MEDEIROS, Bruno Franco; ARAUJO, Valdei Lopes. A história de Minas como história do Brasil. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 63, p. 22-37, 2007.

ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo**: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

OLIVEIRA, Maria da Glória de; GONTIJO, Rebeca; FRANZINI, Fábio. Ordering time, nationalising the past: temporality, historiography and Brazil's "formation". **Historiein**, Athens, v. 17, n. 1, 2018.

PIMENTA, João Paulo; COSTA, Wilma Peres. As revoluções de independência como revoluções do tempo: almanaques, calendários e cronologias no Brasil do século XIX. **Tempo**, Niterói, v. 27, n. 1, p. 52-70, jan./abr. 2021.

RIBEIRO, Renilson Rosa. "O ESCRUPULOSO ILUMINADOR DA HISTÓRIA DO BRASIL": os enredos temáticos e cronológicos da 1ª edição da *História geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854/1857). **Patrimônio e Memória**, Assis, v. 7, n. 2, p. 86-108, dez. 2011.

SOARES, Flávio José Silva. **Barbárie e simulacro no Jornal de Timon de João Francisco Lisboa**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 2, mar. 2009.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857.

_____. Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil (Memória). In: SOARES, Lucas Jannoni. **Entre a missão política e a ciência histórica**: Francisco Adolfo de Varnhagen e a colonização portuguesa no Brasil (1854-1877). 195f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.